

Mais além do desenvolvimentismo

Carlos Pinkusfeld M. Bastos¹

Liberais (neo e de longa data) costumam caracterizar as idéias que animaram os anos do desenvolvimentismo pós-Segunda Guerra, como “muito antigas”. O livro *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* fornece todo um conjunto de argumentos teóricos e descrições históricas que confirmam esse ponto de vista. Não se deve esquecer, e o livro aponta isso com clareza, que as próprias idéias liberais também não são tão novas assim, datando do século passado: seja na sua forma primeira, através das recomendações de políticas específicas por autores clássicos, seja na sua forma “canônica”, que deriva diretamente da teoria marginalista, a partir de 1870.

Na verdade o “muito” das “idéias antigas” é de certa forma tomado ao pé da letra pelo livro. Já no seu ensaio introdutório, José Luís Fiori retrocede a um distante tempo histórico/teórico, buscando no confronto das idéias dos mercantilistas com seus críticos as raízes da expulsão dos Estados (e de seus sistemas interestatais) do papel de elemento crítico para a compreensão dos processos de desenvolvimento desigual das diferentes nações. Essa perspectiva de análise é, aliás, resumida por Arrighi na apresentação do livro, como uma “visão braudeliana, nada convencional, da existência de uma relação ligando a criação e a reprodução ampliada do capitalismo histórico, como sistema mundial, aos processos de formação de mercados de outro... (de forma que todas) as expansões e reestruturações da economia capitalista mundial ocorrem sempre sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais”.²

Nesse sentido o título *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* é quase um resumo do que o leitor vai encontrar nas cerca de 500 páginas que o esperam. Mas atenção, o sentido das palavras do título é bastante específico e reflete a abordagem radicalmente antiortodoxa dos ensaios ali reunidos. A forma plural como “moeda” aparece no título não é gratuita, e revela uma visão que interpreta os diversos arranjos monetários histórico-internacionais como reflexo das relações de poder entre os principais Estados do núcleo capitalista, bem como a forma como esses arranjos condicionam as perspectivas de desenvolvimento das diversas nações. Nada mais longe, pois, de abordagens monetaristas, explícitas ou não, que costumam estudar os fenômenos monetários segundo uma perspectiva neutra e cuja administração e suposto controle nacionais refletiriam o grau de “responsabilidade” dos diferentes governos.

O Estado e, conseqüentemente, as instituições de uma forma geral, são tratados também de uma forma inteiramente diversa da tendência recente com que a teoria marginalista tem incorporado tais questões, ou seja, instituições que nascem das insuficiências do funcionamento do mercado marginalista – construção abstrata baseada no exercício de maximização de um grande número de agentes racionais. Essa “descoberta” recente é comumente resumida no bordão, repetido *ad nauseum, institutions mater*. A abordagem aqui adotada parte de um paradigma totalmente diverso, rejeitando-se a extensão do individualismo metodológico à análise institucional e sendo os Estados e suas instituições resultado de condições históricas e políticas que, ao contrário do proposto pela abordagem marginalista, precedem a formação dos mercados.

(1) O autor agradece o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

(2) Cf. Arrighi (1996: 9-10).

Uma vez traçados os principais marcos de análise que estão na base do mosaico de artigos que compõem *Estados e moedas*, vamos olhar mais de perto as suas peças e os blocos temáticos em que se encontram organizados.

Se agregarmos a introdução do livro aos três ensaios de seu primeiro bloco, Geopolítica e Sistemas Monetários, temos aí as contribuições propriamente teóricas e que, de uma forma mais ou menos explícita, representam o fio condutor de todas as análises de caso que se seguem.

Como já dissemos, na introdução José Luís Fiori apresenta, de forma crítica, a “utopia liberal” que dominava a teoria econômica no século XIX e que supunha que, uma vez seguidos os preceitos da não-intervenção/regulação estatal e de livre comércio, as nações tenderiam para um desenvolvimento econômico convergente. Esse desenvolvimento engendraria, além do mais, um processo civilizatório, através da expansão e dominação colonial européia sobre os povos “primitivos” ou “incivilizados”.

A história mostra que essas primeiras profecias de convergência internacional iniciavam aí sua longa carreira de fracassos. Entre 1830 e 1914 a riqueza mundial cresceu de forma extraordinária, mas também com extraordinária desigualdade. Forjou-se assim no século XIX um núcleo de poder econômico e político que, apesar das turbulências das Primeira e Segunda Guerras, consegue se reproduzir, com apenas variações internas de poder relativo, no século seguinte.

O autor adiciona a essa historiografia do sonho e do pesadelo liberais do século XIX a curiosa observação de que nem mesmo um autor crítico como Marx consegue escapar de tal armadilha teórica. Marx também tem uma visão otimista do desenvolvimento capitalista à escala global e independente das fronteiras políticas nacionais. Esse ponto sugere que as dificuldades e insuficiências da teoria de Marx com relação ao Estado nacional acabam por se estender ao estudo do desenvolvimento das diversas economias, na medida em que os Estados passam a desempenhar um papel decisivo nesses processos.

Apesar de dominante na academia, o pensamento liberal não foi, a seu tempo, único. Fiori aponta a obra do alemão Georg Friedrich List, publicada em 1841, como o grande manifesto pró-industrialização, onde uma visão mais atenta da política comercial examina as efetivas vantagens do livre comércio à luz dos diferentes graus de desenvolvimento dos países. List tinha uma visão muito clara do jogo da economia internacional, onde haveria “sempre lugar para muito poucos Estados nacionais poderosos. Um jogo em que só ganhariam povos com ‘vocação de potência’ e os Estados capazes de alavancar suas economias em função de seus objetivos e interesses estratégicos de longo prazo”. Olhando a história da economia no século XIX,  inegável o tom quase profético de List, sendo esse movimento analisado no segundo bloco do livro. List era otimista com relação ao futuro de certos países dotados do que Smith chamou de “coragem e forç a”, como era o caso da sua Alemanha, mas não nutria nenhuma esperanç a em relação ao “mundo tropical”, que estaria condenado a sua especialização primário-exportadora e ao livre-cambismo inglês. Dessa vez a profecia do pensador alemão, com as devidas adaptações, ainda aguarda a última palavra da história para seu julgamento definitivo. Certamente esteve mais perto do erro na “era do desenvolvimentismo”, que se estende do pós-Segunda Grande Guerra até os anos 70, um período em que as condicionantes da Guerra Fria lançaram praticamente todas as nações subdesenvolvidas do planeta na corrida pelo desenvolvimento, sendo esse processo patrocinado e estimulado pelas nações então política e economicamente hegemnicas (EUA e URSS). Fiori estuda esse período sob um ponto de vista teórico, ou seja, mostra como a ortodoxia econômica foi momentaneamente

abandonada pelos novos interesses geopolíticos internacionais e substituída não propriamente por um novo paradigma teórico, mas pelo menos por uma série de diretivas razoavelmente consistentes, que consubstanciavam a atuação das agências de fomento internacional. Na América Latina, ainda sob a égide de uma instituição internacional, surge a teoria da Cepalina, uma tentativa de economistas latino-americanos de desenvolver uma reflexão que fornecesse os elementos analíticos necessários a políticas econômicas destinadas à superação do subdesenvolvimento. Essa reflexão que evoluiu e recriou-se durante as décadas de 50, 60 e 70, não coincidentemente perde força com o fim da chamada “era do desenvolvimento”, marcada pela retomada agressiva da hegemonia por parte dos Estados Unidos e a imposição de políticas de corte liberal à maioria das nações em desenvolvimento. O ensaio introdutório termina justamente com as perguntas que se colocam no final do século XX: depois de quase 20 anos de “restauração liberal-conservadora” e seu sofrível retrospecto econômico e social, qual o caminho possível para os países em desenvolvimento num contexto de finanças internacionais liberalizadas e na ausência do consenso desenvolvimentista dos anos de Guerra Fria?

No ensaio seguinte de *Estados, moedas e desenvolvimento*, José Luís Fiori aprofunda alguns dos temas apresentados na sua própria introdução, como o papel teórico e histórico do Estado no desenvolvimento e nas relações monetárias entre as nações. Nesse nível mais detalhado de exame são introduzidas as posições de outros autores fundamentais nessa discussão como Weber, Keynes e, principalmente, Polanyi. É no trabalho de reconstituição histórica da destruição da “civilização liberal” do século XIX de Polanyi que Fiori encontra a chave para sugerir uma nova “economia política internacional”. Em realidade, o próprio Fiori reconhece que, a despeito da possibilidade de se extrapolar o trabalho de Polanyi para uma discussão mais geral sobre as relações entre os Estados e a riqueza capitalista, há aí uma sugestão específica óbvia: entender as lições da análise do apogeu e destruição de uma era liberal, com suas contradições e tensões internas, transportando-as para um momento histórico em que se vive, a partir dos anos 80, uma restauração liberal.

Qual seria essa lição? Basicamente que o movimento expansivo dos mercados desregulados, ao criar tensões fortes, sociais e interestatais, acaba por solapar as suas próprias bases, sua estabilidade, criando um espaço para a expansão e regulação estatais. É a própria generalização das relações mercantis que leva à “...politização das relações sociais e econômicas, pressionando o alargamento democrático dos sistemas políticos e o aumento do intervencionismo estatal, num lento processo de mutação do Estado liberal e crescente descrédito na eficácia dos próprios mercados” (p. 58).

Entretanto, para Fiori, essa visão de movimento histórico polanyiana, que se concentra no conflito social e de classes para explicar a ruptura da ordem liberal do século XIX, carecia de um elemento específico da esfera geopolítica. Esse elemento se encontra no sistema de “autodefesa” estabelecido pela Paz de Westphalia, que pretendeu instaurar um “equilíbrio de poder”. Esse equilíbrio era falso, entretanto, ou intrinsecamente instável, tendo essa instabilidade se potencializado pelo fortalecimento dos capitais financeiros alemão e norte-americano. Assim como a expansão liberal leva a contradições sociais e políticas, o sistema de Westphalia, num nível geopolítico internacional, também continha os germes de sua ruptura: o princípio da territorialidade, que alimenta a *Realpolitik*, destruindo os sonhos cosmopolitas que, segundo Fiori, embalam todos os pensadores liberais nos momentos de internacionalização ou globalização do capital. É curioso que o pesadelo, ou o sonho frustrado dos liberais, é na história mundial a força que põe em movimento a roda da riqueza das nações.

O artigo de Fiori termina com a identificação das principais características da atual retomada liberal e suas maiores semelhanças e dessemelhanças em relação à “era liberal” do final do século passado. Em primeiro lugar, deve-se notar que o atual *hegemon*, ao contrário da Inglaterra, não se rendeu ao próprio sistema financeiro e, ao invés de perder importância econômica relativa perante outras nações, renovou seu potencial industrial, tecnológico e comercial e tornou absoluta sua superioridade militar. Os Estados Unidos nunca abdicaram de praticar suas políticas econômicas de potência (como foi o caso do “keynesianismo bélico” do período Reagan), apesar de receitarem o contrário ao resto do mundo.

A segunda grande diferença se refere ao padrão monetário vigente e como esse arranjo condiciona o desenvolvimento da(s) potência(s) hegemônica(s) e dos países periféricos. Esse é exatamente o ponto explorado pelos artigos que se seguem, de Luiz Gonzaga Belluzzo e de Carlos Medeiros e Franklin Serrano. Ambos tratam de uma forma sistemática e detalhada da evolução dos diferentes arranjos monetários internacionais, desde o padrão-ouro do século XIX até a “internacionalização financeira” dos dias de hoje. Dois momentos são particularmente interessantes nessa trajetória e permitem que se tirem conclusões interessantes da comparação entre a “restauração” liberal do final do século XX e a “era liberal” do século passado.

O padrão-ouro-libra se constituiu no sistema monetário que sustentou, refletiu e até mesmo simbolizou a ordem econômico-política do século passado. Esse sistema, que se estende de 1819 até 1930, com duas fases distintas – pré e pós-Primeira Grande Guerra –, tem a economia inglesa como seu núcleo, e mantinha, grosso modo, a paridade da libra em relação ao ouro. Num primeiro momento, esse sistema se revela “eficiente”, no sentido de permitir a formação de uma ordem capitalista internacional onde vários países se inserem de forma dinâmica com a própria Inglaterra, a despeito dos seus déficits comerciais com o resto do mundo, conseguindo financiar seu déficit de balanço de pagamentos com fluxos de curto. É isso que um padrão estável garante aos detentores de riqueza líquida, um “abrigo seguro” para suas aplicações de curto prazo, onde esteja garantido que o valor destas não será erodido por desvalorizações cambiais. Caberia à Inglaterra garantir que a sua moeda seria, para os investidores internacionais, *as good as gold*.

O déficit comercial inglês já nos sugere uma importante faceta do sistema econômico internacional que se formou ao redor do padrão-ouro-libra. Vários países, como França, Estados Unidos e Alemanha, certamente aqueles que tinham a “coragem e força” necessárias, aproveitaram-se de um “déficit de atenção” inglês para desenvolver políticas protecionistas e de incentivo à industrialização, que resultaram em ganhos de produtividade absolutos e relativos perante a própria Inglaterra. Para a Inglaterra, como já vimos, essa situação não era insustentável no curto prazo em razão dos fluxos de capitais de curto prazo, além das receitas superavitárias dos serviços e do comércio altamente favorável com suas colônias. Entretanto, esse arranjo era virtuoso (até certo ponto) apenas para alguns: outras nações – que constituíam a periferia do capitalismo – se especializam, dentro da divisão internacional do comércio e trabalho, como produtoras de commodities e, dentro do padrão-ouro-libra, como “amortecedores” das crises da Inglaterra. No auge dos ciclos, quando tanto a balança comercial quanto os empréstimos e investimentos diretos ingleses pressionavam seu balanço de pagamentos, bastava ao Banco da Inglaterra subir a sua taxa de juros para desacelerar a economia e atrair recursos de curto prazo de todo o mundo. Nesse momento, as economias da periferia eram duramente atingidas tanto

no que diz respeito às suas exportações (quantidade e preços) quanto à fuga de capitais, ou seja: seus ciclos econômicos eram reflexos e compensatórios dos desajustes do centro.

Se é correto dizer que o sistema monetário internacional, baseado no padrão-ouro-libra, foi uma síntese da obra liberal do século XIX, não há como escapar da conclusão de que as tensões geopolíticas do período também se encontrariam refletidas nesse sistema monetário. O crescimento econômico das nações que formariam o núcleo de potências no século XIX não apenas impunha à Inglaterra um déficit comercial, reflexo do avanço industrial e tecnológico de países como Alemanha e Estados Unidos, mas também representava, com a consolidação do capital financeiro nesses países, uma ameaça à hegemonia da praça de Londres. Logo, a era que desmorona com a eclosão da Primeira Guerra, leva de roldão o seu padrão monetário. Findas as hostilidades, a própria Inglaterra tentou voltar o tempo atrás e restabelecer um velho padrão monetário para um mundo que não mais existia. A despeito das diferentes taxas de inflação nos diversos países do período da guerra, a Inglaterra tentou voltar à sua antiga paridade cambial, num movimento que, se por um lado fazia sentido para as suas finanças, que dessa forma tentavam mostrar que a libra ainda era *as good as gold*, terminou por destruir de vez a competitividade internacional de sua economia. Esse mundo que rui no início do século só vai se restabelecer sob uma nova hegemonia, os Estados Unidos, e, conseqüentemente, um novo sistema monetário, o padrão-ouro-dólar, após o fim da Segunda Grande Guerra. Devemos nos perguntar agora como a evolução desse padrão ajuda a explicar a nova ordem do mundo ao final do século XX?

Primeiramente, assim como no século passado o padrão-ouro-libra havia sofrido as tensões de um sistema econômico em perpétua mudança, também o padrão-ouro-dólar sofre com as mudanças da economia mundial pós-Segunda Guerra. Ao contrário da Inglaterra, que teria incorrido em um “déficit de atenção” com relação às nações que se transformavam em potências no século XIX, os Estados Unidos estavam absolutamente alertas à reconstrução do mundo capitalista sob sua hegemonia. Entretanto, a existência da competição entre dois sistemas econômicos durante a Guerra Fria acabou por obrigar os Estados Unidos a apoiarem a reconstrução das potências destruídas na guerra e que voltariam já nos anos 60 e 70 a “desafiar”, no campo econômico, a supremacia americana.

Em um segundo momento, ao contrário da Inglaterra, que se aferrou ao seu antigo padrão ainda que ao custo de seu próprio futuro como potência industrial, os Estados Unidos, ao verem a posição hegemônica da sua moeda fragilizada, resolvem romper com a paridade dólar-ouro em 1971 e depois desvalorizar sua moeda em 1973, lançando a economia mundial em um período de grande turbulência. O passo seguinte da estratégia americana dá-se em 1979, quando Paul Volcker, então presidente do FED, sobe os juros nominais americanos num valor sem precedentes históricos, transformando o dólar novamente na moeda para onde os fluxos financeiros internacionais se dirigem. A isso se somam inovações e a desregulação financeira, gerando um arranjo internacional de grande fluidez e onde, graças a seu sistema financeiro e hegemonia política, os Estados Unidos passam a ter novamente centralidade incontestável.

Deve-se perceber que a manobra americana de desatrelar o dólar da paridade fixa com o ouro livra o país emissor da moeda de curso internacional da armadilha em que foi aprisionada a Inglaterra no século passado: agora o câmbio pode flutuar, estimulando a competitividade no comércio exterior, sem que isso signifique a perda do papel central da moeda âncora dentro do padrão financeiro internacional. Como afirmam Serrano e Medeiros, o novo padrão-dólar flexível é inteiramente fiduciário e um dólar é *as good as one dollar*. Uma outra conseqüência desse novo arranjo “inteiramente fiduciário” é que os

problemas, ou restrições, de déficit do balanço de pagamentos desaparecem para os Estados Unidos. Seu financiamento depende única e exclusivamente do bom funcionamento das máquinas impressoras da casa da moeda americana.

Obviamente que um novo arranjo internacional, seguindo a premissa básica do livro, impõe possibilidades e limitações às estratégias de desenvolvimento dos diferentes países. Os Estados Unidos impõem a sua hegemonia de forma absoluta, livrando-se de restrições no curto prazo ao seu crescimento. Aliás, o recente e mais longo período de crescimento desse país apenas confirma essa situação extremamente confortável. Japão e Alemanha, aspirantes, se não confessos, pelo menos na mente de muitos, a potências na década dos 70 (década da decadência do império americano...), curvaram-se à hegemonia americana. A Alemanha lidera o lançamento da moeda de uma Europa unificada, mas que, pelo menos no curto prazo, não se pretende, nem parece, candidata a adversário direto do dólar. O Japão, depois de modelo do capitalismo organizado, caiu, junto com seu sistema financeiro, em desgraça, e patina para sair de uma recessão que já se arrasta por uma década.

Quanto ao nosso continente, não há dúvida de que sofremos bem mais que o resto do mundo as conseqüências desse rearranjo da institucionalidade financeira internacional. Foi o movimento dos juros de 1979 para a retomada da hegemonia do dólar que lançou o continente latino-americano na crise da década perdida dos anos 80. O novo sistema desregulado e sob forte “controle” político americano também condicionou o nosso desempenho nos anos 90 e certamente impõe novas possibilidades e restrições no futuro próximo.

Uma vez estabelecidas as principais premissas teóricas que relacionam o sistema capitalista internacional com o desenvolvimento das diferentes nações, o livro se volta para o estudo de caso de alguns países selecionados pelas suas importâncias geopolíticas ou caráter paradigmático. Esses países são reunidos em dois blocos: o primeiro se refere àqueles que tiveram seu surto inicial de desenvolvimento no século XIX, repetindo, alguns, a dose na segunda metade do século XX: Estados Unidos, Alemanha, Rússia e Japão. O segundo reúne países que protagonizaram os “milagres” do século XX.

O estudo de caso permite iluminar um duplo caráter complementar da análise histórica: por um lado, podem-se identificar os elementos comuns, resultado das condições estruturais do sistema capitalista internacional, e, por outro, as peculiaridades, muitas vezes até fortuitas, que definem as distintas trajetórias de cada país.

Sendo assim, pode-se iniciar essa comparação para os países em desenvolvimento no século passado, com a primeira lição de List para o desenvolvimento industrial, ou seja, a proteção à indústria nascente que, como já foi dito, contou, no *front* externo, com o beneplácito do “déficit de atenção” da potência então dominante. Nesse item, pode-se dizer que praticamente todas as nações que se elevam (ou ao menos tentam se elevar) ao estágio de potência no século XIX fizeram o seu “dever de casa”. Alemanha, Estados Unidos e Rússia, em algum momento de sua trajetória de desenvolvimento, protegeram suas indústrias nascentes com elevadas tarifas de importação.

Aloisio Teixeira, em seu ensaio sobre os Estados Unidos, mostra que a lei tarifária de 1861 proporcionou a esse país uma proteção aduaneira das mais altas do mundo na segunda metade do século XIX. A Alemanha, país natal de List e cuja economia inspirou sua obra *Sistema nacional de economia política* em 1841, também adota uma política mais decididamente protecionista no final da década de 70, enquanto a Rússia o faz ainda mais tarde, em 1896. Essa data, entretanto, coincide com o seu grande impulso industrialista do século XIX, que acontece no período da administração, como ministro das

Finanças, do conde Sergei Witte. Segundo Luís Fernandes, essas elevadas tarifas protegendo a produção industrial russa em setores considerados chaves vieram a se somar às tarifas proibitivas já vigentes para a importação de gêneros alimentícios. De todos os países que empreenderam um esforço desenvolvimentista no século XIX apenas o Japão não pôde operar com mais liberdade sua política tarifária por estar preso aos chamados “Tratados Infames”, impostos pela força das armas do Ocidente ao Shogunato Tokugawa. Esses tratados estabeleciam uma tarifa máxima de 5% *ad valorem* às importações, limitando os graus de liberdade no manejo da política de comércio exterior, o que acarretou recorrentes problemas de balanço de pagamentos ao Japão com conseqüências muito importantes para o próprio sucesso da sua estratégia desenvolvimentista.

Outro ponto que liga todas as “histórias” dos chamados *late comers* é o da política industrial e das características de suas estruturas produtivas. Nesse ponto também há algumas diferenças. Em comum pode-se notar a estrutura da indústria que, utilizando a expressão de José Carlos Braga para o caso alemão, já nasce grande, ou precocemente monopolizada. E não poderia ser de outra forma. Um vetor crucial de desenvolvimento industrial nesse período foi a implantação das ferrovias com seu grande poder de encadeamento industrial para trás, através do desenvolvimento das indústrias siderúrgicas e de bens de capital, e de integração geográfica e expansão de mercados. A implantação das estradas de ferro, pela própria dimensão dos recursos financeiros que mobiliza, exige que sejam montados grandes blocos de capital de caráter monopolista, que terminam por ser a marca da estrutura da propriedade em todos os países que se tornaram potência no século XIX.

O desenvolvimento das estradas de ferro alcança um caráter particularmente virtuoso nos Estados Unidos e não só no que diz respeito aos efeitos de demanda e encadeamento industriais e de avanços tecnológicos. A implantação de uma extensa malha ferroviária permitiu a integração de um vasto território, impulsionando a agricultura de larga escala que, por sua vez, proporcionou, com seus ganhos de escala, o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho. Dá-se, assim, início a um círculo virtuoso de crescimento, ganhos de escala e mais crescimento. Afinal, nunca é demais lembrar que apesar do papel quase “subversivo” que as economias de escala ocupam no aparato marginalista, elas são para os clássicos, desde Adam Smith, a principal mola do desenvolvimento capitalista.

Em todos os países estudados, como lembra Aloisio Teixeira em relação aos Estados Unidos, a violência mais uma vez foi a parteira da história. Conflito interno, temor de dominação externa, conflitos efetivos ou pretensões militaristas expansionistas: qualquer que seja sua forma, sempre foram as “vontades” e os projetos dos Estados nacionais que desempenharam um papel crucial na história do desenvolvimento no século XIX.

Em relação aos Estados Unidos, essa afirmação pode parecer menos adequada, mas “...se compararmos o desfecho da Guerra de Secessão com o programa dos Estados Confederados da América – manutenção da escravatura, redução da proteção aduaneira, fim dos subsídios à indústria e à ocupação do Oeste, redução dos impostos e liberdade para os sistemas monetários e bancário regional – não pode haver nenhuma dúvida sobre quem ganhou com a guerra.” Certamente o Norte industrial aliado com a agricultura de alimentos às expensas do Sul, inserido na divisão do trabalho inglesa. Outro fato que parece esquecido em relação à história americana é a Lei Homestead, que em 1862 concedeu terras aos capitalistas para construções de ferrovias, exatamente o elemento crucial em todo processo de desenvolvimento. Se o nascimento da nação e do capitalismo

americanos tem como elemento crucial esse componente de “violência” interna, a constituição da América do Norte como potência hegemônica do século XX é consequência direta da vitória em três guerras mundiais: Primeira, Segunda e Guerra Fria.

A Alemanha é o caso clássico do desenvolvimento a partir de um projeto de Estado, tanto que seu modelo é alçado a paradigma teórico sob o nome de “via Prussiana”. O avanço econômico tem como catalisador os interesses materiais do Estado, que teria empreendido um “convite” para o desenvolvimento aos seus capitalistas. O arranjo da Paz de Westphalia, ao criar um ambiente de emulação permanente entre as nações européias definiu, como está dito no ensaio de José Fiori, o palco geopolítico por onde os Estados irão se mover em direção à escalada imperialista do final do século XIX.

O desenvolvimento da Rússia, nas próprias palavras de Lenin, constitui-se em versão singular da “via Prussiana”. Assim como no caso alemão, as classes dominantes são “convidadas” por um Estado com claros interesses e objetivos nacionais e bélicos, iniciando um processo de desenvolvimento econômico sem que haja, inclusive, uma ruptura com a grande propriedade latifundiária. Por isso, em termos de organização político-social, Barrington Moore destacou a subordinação dos interesses urbanos às elites agrárias, tanto na Alemanha quanto na Rússia como fator fundamental determinante na criação de uma ordem modernizadora distinta da via “liberal-burguesa”, que teria caracterizado as experiências inglesa, francesa e norte-americana.

No caso japonês, a Revolução Meiji, que marca o início da modernização desse país, é aberta e explicitamente um projeto militarista de construção de um Estado nacional que permitisse a sua própria sobrevivência ante a ameaça colonialista dos “bárbaros ocidentais”, que através do poder de suas armas já haviam imposto os “Tratados Infames” ao Japão.

Finalmente, cabe perguntar como todos esses países se inseriram dentro da ordem financeira do padrão-ouro. A resposta nesse caso não é homogênea. Um ponto em comum e indispensável para que os projetos de crescimento econômico tivessem alguma chance de sucesso seria a criação de um sistema de crédito interno que fosse capaz de, até certo ponto, “isolar” a atividade econômica interna da dinâmica do ciclo emanada de seu centro hegemônico, a Inglaterra. É fundamental para tal a criação de uma institucionalidade financeira capaz de resolver esse desafio, proporcionando flexibilidade de crédito ante a demanda monetária, que por sua vez seria reflexo do próprio nível de atividade econômica. Isso se deu de formas diferenciadas nos vários países: através da reorganização do sistema monetário e da criação do sistema bancário nacional, em nível macro, e da aliança dos blocos de capital produtivo e financeiro, em nível micro, nos Estados Unidos; através da formação de um sistema bancário altamente concentrado movendo-se a partir dos quatro grandes bancos líderes – Deutsche, Dresden, Discount, Darmstadt – e por alguns bancos estatais federais na Alemanha; através de crédito direto estatal na Rússia, o que inclusive Gerschenkron sublinha como o ponto que distingue o desenvolvimento russo do alemão; ou através das seguidas tentativas do Japão em criar um sistema bancário que permitisse a emissão monetária livre da camisa-de-força da plena conversibilidade, até a sua complementação na década de 1880 com a criação do Banco do Japão, que centralizava o poder de emissão.

Entretanto, todas essas tentativas de “isolamento” do sistema de crédito interno e, conseqüentemente, do próprio crescimento interno do ciclo econômico internacional só podem ser bem-sucedidas caso um país tenha uma posição de balanço de pagamentos confortável. Esse não era o caso do Japão e da Rússia. O primeiro era deficitário na sua balança comercial, tendo uma pauta de exportações pouco diversificada e baseada em

produtos primários, enquanto a Rússia era deficitária no balanço de transações correntes, devido a sua elevada dívida externa e participação do capital externo em sua economia (cerca de um terço das empresas privadas às vésperas da Primeira Guerra). Dessa forma, dependentes dos fluxos de capitais externos para cobrir seus déficits em transações correntes, esses países aderem ao padrão-ouro ao final do século XIX, pagando um preço por isso. A dependência russa de seus credores explica em boa medida, segundo Luís Fernandes, a sua participação trágica e suicida na Primeira Guerra Mundial. O Japão, aprisionado pelo padrão-ouro e pelos “Tratados Infames”, consegue durante algum tempo, e principalmente após a assinatura do Tratado de Aliança Militar Anglo-Japonesa em 1902, financiar seu déficit através de empréstimos obtidos na praça de Londres, mas vê sua situação externa se deteriorar paulatinamente na entrada do século XX. Quando um ajuste deflacionário/recessivo parece iminente – repetindo um ajuste anterior na década de 80 quando em quatro anos a renda encolheu 21% – o Japão é salvo pela Primeira Guerra, tornando-se o principal exportador de manufaturados para a Ásia ocupando a posição perdida pelos fornecedores europeus, afastados desse mercado pelo conflito militar.

Ao contrário de Japão e Rússia, Alemanha e Estados Unidos tinham uma posição de balanço de pagamentos bastante favorável. A Alemanha, por exemplo, além de conseguir um bom crescimento de suas exportações em volume e em valor, vê a participação relativa dos produtos manufaturados pular de 44% para 62% entre 1872 e 1900.

As nações que através de sua vontade, força e até mesmo um pouco de ajuda da “sorte”, como no caso do Japão, formaram o núcleo do sistema capitalista internacional no século passado, chegam, quase todas, ao final do século seguinte ocupando a mesma posição. Não sem passarem por seriíssimos abalos: duas guerras “quentes” e uma guerra fria mais longa que todas as outras. Foi nesse período que os sonhos de nação dominante, que, pode-se dizer estavam por trás dos processos de desenvolvimento acelerado do século XIX, tornaram-se pesadelos para algumas, Japão e Alemanha, e realidade para os Estados Unidos. Foi nesse período, também, que através dos efeitos positivos da industrialização acelerada do sistema de planejamento central, a Rússia, provisoriamente União Soviética, desafiou a própria hegemonia americana, sendo derrotada na década de 80 por suas próprias contradições internas e externas e a corrida armamentista empreendida no governo Reagan.

Se o clube das nações líderes pouco se alterou com a passagem de um século, os seus papéis relativos sofreram uma mudança muito grande. A hegemonia americana é hoje, após o movimento agressivo de retomada da primazia do dólar na década de 80, praticamente incontestado. Apesar do extraordinário desenvolvimento de Japão e Alemanha após a Segunda Guerra, esses países nunca chegaram a desafiar seriamente os Estados Unidos nos seus dois pilares: o dinheiro e as armas.

Foi justamente a terceira guerra vencida pelos Estados Unidos que serviu de pano de fundo para entender os processos de desenvolvimento dos *late-late comers* tratados no segundo bloco de estudos de caso do livro, os *Milagres e miragens do século XX*. Na verdade, a América Latina é tratada em seu conjunto no artigo de Wilson Cano, que é complementado, para o caso brasileiro, com a análise da evolução dos seus grupos empresariais em ensaio assinado por Maria da Conceição Tavares e José Carlos Miranda. Os outros estudos de caso discutem a Coreia, possivelmente a história de maior sucesso do desenvolvimentismo do século XX e a China, a última grande nação a empreender um salto para potência, ao mesmo tempo, política e econômica.

O interesse de tratar a América Latina como um bloco reside no fato de que, a despeito dos resultados muito desiguais alcançados, pelo menos uma característica comum

unia todos os seus países: uma menor importância geopolítica dentro do mapa internacional da Guerra Fria. O nosso continente, à exceção da crise de Cuba nos anos 60, nunca apresentou uma ameaça comunista concreta. Ou, pelo menos, nunca uma ameaça que não pudesse ser contida com a colaboração das próprias Forças Armadas e elites locais. Nesse sentido, é mais do que natural que o “convite” ao desenvolvimento fosse muito menos entusiástico quando comparado com aquele feito nos casos mais críticos de ameaça comunista. Mesmo assim, algumas nações, notadamente Brasil e México, se aproveitaram da “era do desenvolvimento” para empreender audaciosos e bem-sucedidos programas de desenvolvimento econômico.

Wilson Cano, através de detalhado levantamento fático, mostra os resultados não só desse período, como também os coteja com o desempenho do continente na chamada “era liberal” que se instaura a partir dos anos 90. Em realidade, esse segundo momento pode ser ampliado e dividido em dois. Num primeiro período, os anos 80, a América Latina sofre os impactos devastadores da retomada da hegemonia americana usando para isso a elevação de suas taxas de juros, tendo posteriormente seus países praticamente “expulsos” do mercado de crédito internacional. Um segundo momento, que poderíamos efetivamente chamar de “a era liberal” é marcado pelo retorno dos países latinos ao mercado financeiro internacional, já desregulado e hegemônico por um dólar forte. Nesse período são adotadas, de forma generalizada, políticas de desregulação financeira e comercial, bem como abandonam-se práticas intervencionistas de política industrial longamente estabelecidas no continente.

O contraste não poderia ser mais flagrante. O PIB latino teve crescimento de cerca de 5,5% nas décadas de 60 e 70, caindo para 0,6% entre 1980 e 1985, “recuperando-se” para taxas de 1,9% entre 1985 e 1990. Entre 1990 e 1997 cresceu à taxa média de 3,3%, valor que certamente se reduziu nos anos finais desse período em virtude do desempenho medíocre de Brasil, Chile e Argentina.

Além dessa queda da taxa de crescimento do produto nos 80, observou-se também um recrudescimento generalizado dos processos inflacionários. Por trás dessa dupla face da crise latina encontra-se a imensa sangria de recursos para o exterior, que alcançou a cifra de US\$ 198,3 bilhões na década de 80. Obviamente que a transferência de tais montantes só é possível através de políticas agressivas de exportação que colocam sobre pressão contínua a taxa de câmbio, gerando processos de desvalorização cambial, contenção das importações e conseqüente restrição ao crescimento sustentado.

A reversão dos fluxos financeiros dos anos 90, quando a América Latina passa a receber fluxos líquidos de capital ao invés de remetê-los ao exterior, cumpre apenas uma das suas “tarefas” macroeconômicas: permitir a implementação de planos de estabilização baseados na fixação das taxas de câmbio, lição conhecida historicamente desde a estabilização das hiperinflações européias na década de 20, mas que só poderia ser aplicada na prática com o retorno da América Latina ao mercado internacional de crédito voluntário. A outra “tarefa”, possibilitar a volta do crescimento econômico sustentado ao continente, é frustrada, como os dados acima nos mostram. Cano, baseado em sólidos argumentos estatísticos, vai encontrar nas políticas liberais adotadas pela maioria dos países latinos a explicação para esse fracasso.

As conseqüências das políticas liberais de comércio exterior combinadas a taxas de câmbio sobrevalorizadas tiveram impactos não só sobre a produção industrial, mas até mesmo sobre a nossa agricultura. Ou seja, reduziu-se a produção de cultivos tais como trigo, algodão, milho, arroz e laticínios, entre outros. O desempenho da indústria foi ainda mais medíocre quando comparado com o do produto como um todo. De 1989 até 1997 a indústria de transformação cresceu apenas 2,3% e uma das razões para isso foi a

verdadeira avalanche de produtos industrializados importados. Entre 1989 e 1996, as importações de bens de capital e de consumo crescem, respectivamente, 228% e 258%. Esse quadro seria menos dramático se viesse acompanhado de uma “saudável” taxa de crescimento das exportações que, entretanto, não ocorreu. Essa combinação de fatores fica patente nos crescentes déficits em transações correntes registrados pela maioria dos países latinos.

Obviamente que esse panorama de crescente fragilização externa da economia latina só poderia ter como consequência o fracasso do seu período de “experimento liberal”, que, apesar de toda a sua retórica agressiva e hegemonia ideológica desfrutada durante quase dez anos (marcados pela bonança no mercado de crédito internacional!!), foi incapaz de proporcionar resultados que possam ser comparados àqueles dos tão execrados anos do período desenvolvimentista. Esse fracasso alcança tintas mais fortes e dramáticas quando Cano finaliza seu artigo com o inventário da verdadeira tragédia social – principalmente em termos de empregos e serviços públicos – que se abate sobre o continente a partir dos anos 80.

O ensaio que se segue a esse grande painel do sonho e fracasso do desenvolvimentismo na América Latina esmiúça, em termos, por assim dizer, microeconômicos essa trajetória, tendo como objeto de estudo a economia brasileira. Ao acompanhar o comportamento das empresas brasileiras nesse século é possível identificar, mesmo no período de maior sucesso da industrialização, certas deficiências no que diz respeito a sua capacidade de formar conglomerados com dimensões adequadas e integração setorial. Esses conglomerados deveriam ser capazes de desenvolver, também, uma articulação explícita com o capital bancário. Segundo seus autores, Maria da Conceição Tavares e José Carlos Miranda, quando da ruptura do padrão de financiamento externo na década de 80, essas insuficiências colaboraram para que fôssemos incapazes de, pelo menos, tentar esboçar uma reação mais agressiva às restrições externas. Se a incapacidade de serem criados conglomerados com fortes interligações financeiras pode ter contribuído para a exacerbação, ou não-superação, da crise dos 80, suas debilidades ficam flagrantes quando a economia é exposta às políticas liberais a partir dos anos 90. Os grupos industriais reverteram suas estratégias de diversificação, fechando plantas e se concentrando em estratégias de especialização em commodities. O processo de privatização, que poderia ser utilizado para finalmente tentar formar grandes conglomerados, também não alcança tal objetivo. Não se consegue que os setores de fronteira da expansão capitalista – financeiro e de comunicações – fiquem na mão das empresas nacionais, expondo-se, conseqüentemente, a nossa já frágil situação de balanços de pagamentos a tensões oriundas da desnacionalização dos setores serviços que não geram diretamente divisas internacionais.

O próximo país a ser estudado é a Coreia do Sul. Não espanta que a ela tenha sido feito um “convite” preferencial no jogo desenvolvimentista da Guerra Fria, afinal um dos seus episódios mais quentes envolveu exatamente a Guerra da Coreia nos anos 50. Uma vez alçada ao status de parceira comercial favorecida dos Estados Unidos, a Coreia implementa todos os passos do “desenvolvimentismo clássico” dos séculos XIX e XX: políticas industriais, de fomento tecnológico e de proteção tarifária ativas. No fim da década de 70, o processo de industrialização estava concluído com a base pesada da indústria já plenamente constituída. Assim como o Brasil (e Luciano Coutinho explora em detalhes as trajetórias paralelas dos dois países), o esforço de industrialização havia deixado como herança uma dívida externa elevada e uma pesada dependência do petróleo importado, elementos explosivos diante da alta dos juros e do petróleo que iria desabar sobre o mundo em 1979. É exatamente nesse momento que a trajetória coreana se afasta da

brasileira e, infelizmente para nós, em uma direção muito mais favorável. Ao contrário do Brasil, que passa a década seguinte alijado do mercado de crédito internacional, a Coréia consegue “reciclar seus passivos externos com a ajuda decisiva dos bancos japoneses estreitando sua articulação produtiva com o sistema japonês”. Esse movimento refletiu em grande parte uma necessidade da própria economia japonesa de responder à desvalorização do dólar diante do iene (conhecido como 1º endaka) orquestrada no Acordo de Plaza em 1985. Ao deslocar plataformas produtivas para a Coréia, bem como para o restante da Ásia (e, como veremos, para a China também), o Japão conseguiu escapar da barreira da moeda valorizada e, por outro lado, pôde comprar desse país insumos intermediários energético-intensivos. A Coréia, por seu turno, usufruindo de seu status político favorecido no comércio com os Estados Unidos, gerava um superávit no seu comércio bilateral com esse país, conseguindo aí os dólares para cobrir seu déficit com o Japão, de onde importava principalmente os bens de capitais usados para a modernização da indústria. Coutinho resume bem esse movimento: “A parceria com o Japão foi, portanto, importantíssima, não apenas para escapar da crise da dívida mas, também, para viabilizar a tentativa de avançar, industrial e tecnologicamente, na direção do novo paradigma. Essa tentativa, porém, não poderia ser concretizada sem que o Estado tivesse mantido o seu papel diretor e coordenador do processo de decisões privadas, fixando prioridades e manejando o conjunto de instrumentos e incentivos na direção pretendida.”

Apesar de conseguir escapar da “década perdida” e da retomada da hegemonia americana, a Coréia não saiu ileso do seu resultado: o liberalismo dos 90 com seus mercados financeiros desregulados. Esses mercados e a fartura de liquidez internacional fizeram com que, por um lado, a Coréia descurasse do seu déficit em transações correntes e, por outro, com que seus *chaebols* aumentassem ambiciosamente seus projetos de expansão, elevando assim seus níveis de alavancagem financeira. Esse aumento do endividamento se dava contra os bancos domésticos que por sua vez obtinham seus recursos nos mercados internacionais de curto prazo, graças a uma liberalização financeira extremamente imprudente e mal seqüenciada pelo Banco Central Coreano. Somem-se a isso um boom especulativo e uma vinculação informal do won dólar, acarretando uma crescente sobrevalorização da taxa de câmbio, e teremos todos os ingredientes de uma crise de balanço de pagamentos. A taxa de crescimento das exportações despenca de 33% para 3% entre 1995 e 1996, sendo que no ano seguinte o déficit em transações correntes chegou a cerca de 5% do PIB. Não demorou muito para que a crise tailandesa detonasse o colapso cambial coreano.

Apesar da seriedade dessa crise, provocando a quebra de grandes empresas e instituições financeiras, a Coréia em menos de um ano já se encontrava na trilha da recuperação econômica. Dois fatores são fundamentais para explicar esse fato: em primeiro lugar, apesar da liberalização no campo financeiro, medidas semelhantes não ocorreram no campo da estrutura produtiva, pelo menos a ponto de comprometer ou afetar a competitividade da indústria coreana. Em segundo lugar, os fatos recentes vêm mostrando que o governo coreano tem conseguido resistir às pressões dos órgãos internacionais para abrir sua economia e desmontar a estrutura industrial que garantiu sua história de sucesso.

Finalmente, o último caso de desenvolvimento acelerado do século XX é também o último ensaio desse “bloco” do livro *Estados e moedas*. Carlos Medeiros explora o modelo chinês e suas interessantes peculiaridades. Primeiramente, é um projeto que praticamente se inicia quando o “resto do mundo” já se preparava para embarcar na “era liberal”. Em segundo lugar, não é simplesmente um projeto de desenvolvimento capitalista onde, como usual, o Estado desempenha um papel fundamental. É o desenvolvimento de

corte capitalista numa economia ainda, em grande medida, centralmente planejada, ou seja, mais além de uma outra história de desenvolvimento, o caso chinês guarda uma natureza própria de transição de sistema econômico e político. A pergunta que o texto se coloca e que parece ainda não ter resposta clara é sobre qual seria o destino final dessa transição. A proposta do autor é tentar clarificar ao máximo esse processo para, ao menos, mapear as possibilidades e dificuldades dessa transição inconclusa.

Apesar de suas peculiaridades, o desenvolvimento chinês também apresenta traços em comum com o modelo-padrão do século XX. Mais uma vez o interesse estratégico americano dentro do contexto da Guerra Fria desempenhou um papel fundamental. Até o início dos anos 70 a China sofria um completo bloqueio comercial americano, situação que só se alteraria com a nova estratégia de aproximação, adotada pelo presidente Nixon, com o objetivo de contenção da ex-URSS, rival dentro do mundo comunista da China.

A mudança de atitude dos Estados Unidos propiciou à China, de imediato, financiamentos internacionais, tendo como fonte bancos oficiais, e a obtenção do tratamento de nação mais favorecida em relação ao comércio bilateral. Dentro desse novo contexto a China pôde importar grãos durante toda a década de 70 e ter acesso a financiamentos com taxas e condições extremamente favoráveis. Num momento em que as torneiras do sistema financeiro internacional se fechavam ou impunham condições draconianas aos países em desenvolvimento, a China conseguia taxas “semiconcessionais” com um baixíssimo spread acima da *libor*. No biênio 1979/80, por exemplo, a China obteve mais de US\$ 40 bilhões em créditos oriundos de governos ou bancos privados garantidos por bancos governamentais.

Os dados da economia chinesa desde então não deixam margem de dúvida quanto ao fato de as autoridades desse país terem feito bom uso do “convite” americano e das vantagens a ele associadas. Entre 1978 e 1995, o crescimento econômico da China atingiu a impressionante taxa de 7,49% a.a., sendo que entre 1985 e 1995, essa taxa alcançou o valor de 10,2%! Esse crescimento foi acompanhado tanto de uma elevação dos padrões internos de consumo, principalmente de bens de consumo durável como geladeira, televisão, máquina de lavar, etc., quanto de um excelente desempenho exportador. No período em que o produto cresceu a 10,2%, as exportações tiveram um desempenho ainda melhor, elevando-se anualmente, em média, 17%.

Além da posição geopolítica favorável, outro fator liga o desenvolvimento chinês ao coreano. Também esse país beneficiou-se dos movimentos das taxas de câmbio na segunda metade da década de 80, atraindo para seu território elevados investimentos externos dos próprios países asiáticos, que buscavam assim aproveitar-se da taxa mais favorável do iuane perante o dólar. Vale anotar, entretanto, que, se num primeiro momento, esse investimento asiático esteve ligado a uma estratégia mercantil, ou obtenção de ganhos diferenciais de custos e câmbio, à medida que a China se desenvolvia, fruto em boa medida desses mesmos investimentos externos, num segundo momento passou a ter como objetivo a conquista de um mercado potencial extraordinário que é a economia chinesa.

Essa história de sucesso tem, como dissemos, peculiaridades e cria tensões que balizam as possibilidades do futuro da China. A economia chinesa nasce marcada por dualidades, o que decorre diretamente do seu hibridismo socialista/capitalista. Convivem, lado a lado, grandes empresas estatais, empresas coletivas e empresas de capital estrangeiro, num sistema misto de preços, que podem ser livres, regulados e controlados. Aumentou-se o planejamento da economia através das empresas estatais e num outro pólo reforçou-se a autonomia das empresas de vilas e municípios. Até 1994 também conviviam

dois regimes de câmbio: um oficial e outro restrito às empresas *tradings* e que operavam nas “Zonas Especiais de Exportação”. Dentro da estrutura de ocupação criam-se também diferenciais entre os empregados em diferentes tipos de empresa, e forma-se um leque de atividades informais e sub-remuneradas, ocupadas por migrantes internos em consequência do próprio desenvolvimento econômico.

A esses fatores internos se adicionam novos elementos de tensão geopolítica externa. Com o fim da URSS, a posição geopolítica privilegiada da China também desaparece. O seu próprio crescimento e suas dimensões continentais, sem falar no seu propósito explícito de rearmamento, transformam-na num Estado potencialmente concorrente com os Estados Unidos. Dentro do próprio *establishment* americano não há acordo quanto à melhor estratégia a ser adotada ante o crescimento da China: ou o estreitamento dos laços comerciais que terminariam por garantir uma convivência política amigável, ou uma posição mais conflitiva, impondo a posição hegemônica sobre a China e tentando evitar o seu fortalecimento econômico, militar e político.

Esses são desafios complexos que, por certo, não podem ser respondidos inteiramente pelas experiências de desenvolvimento tanto deste quanto do século passado. A história apresenta mais um interessante desafio a ser especulado pelos economistas de hoje e respondido pelos historiadores do século XXI.

O livro se encerra numa clave nacional e “clássica”. Seu último bloco de ensaios consta de um artigo sobre os “patronos” da reflexão social brasileira: Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado, e a reflexão da “decana” do pensamento estruturalista professora Maria da Conceição Tavares.

Plínio de Arruda Sampaio trata em seu artigo de uma pergunta que vai além do mero conceito de desenvolvimento econômico brasileiro. Essa possibilidade, como demonstra a história, a despeito de suas insuficiências e problemas, ocorreu durante um longo período de tempo. A questão que esses autores se colocam, sob um inegável prisma pessimista, centra-se na dúvida quanto à possibilidade de um processo civilizatório em um país com pesada herança colonial e posição subalterna no arranjo capitalista internacional. Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado refletem sobre a tensão inerente a nossa sociedade, vivendo entre a barbárie e o projeto civilizatório que se pretende alcançar – uma sociedade marcada pelo ultra-elitismo herdado das pendências do seu passado escravista, pela precariedade das instituições administrativas e pelo arraigado colonialismo de nossas elites. Seria essa sociedade capaz de alcançar uma concepção verdadeiramente democrática de Estado? Seria capaz de propiciar o florescimento de uma “sociedade homogênea, portadora dos valores humanistas da civilização ocidental, baseada em nexos morais entre as classes sociais e na existência de laços orgânicos entre as diferentes regiões do país”?

É importante registrar que essas questões mais profundas não se desenvolvem num vácuo do mundo material e se apóiam em uma análise, também, bastante pessimista das perspectivas econômicas do nosso processo de desenvolvimento. Fica claro que esses autores, num sentido estritamente econômico, desenvolvem análises que deixam de incorporar elementos analítico-teóricos, aceitos pela moderna tradição estruturalista.

Para os citados autores, cujo pensamento é bem sintetizado no artigo de Plínio Sampaio Jr., as previsões pessimistas sociais e econômicas se entrelaçam, resultando no fracasso das estruturas sociais em desenvolverem uma sociedade mais homogênea. Dessa forma, apenas soluções de ruptura mais radicais com a ordem econômica e política estabelecida seriam capazes de livrar o país de um futuro de barbárie e desigualdade. Independentemente dos aspectos polêmicos da análise desses três autores, é interessante relê-los numa quadra onde, após a década perdida dos 80 e do experimento liberal dos 90,

nos encontramos cercados por graves impasses sociais, sem que nenhum caminho nítido seja identificável à frente. As mesmas desigualdades e carências da sociedade estão aí a nos empurrar para a barbárie nas grandes cidades, com o nível de colonização cultural das elites e das classes médias alcançando níveis sem precedentes. Se o sonho de uma civilização parece cada vez mais distante, teríamos ao menos a chance de retomar um ritmo razoável de crescimento econômico?

O ensaio histórico final de Maria da Conceição Tavares procura juntar elementos para responder a essa questão. Em sua rica recontagem histórica da evolução capitalista brasileira através dos séculos, são estudados os principais movimentos de crescimento, endividamento e crise que marcaram o nosso processo de desenvolvimento. São examinados desde os principais elementos econômicos que moveram a empresa cafeeira e seus rebatimentos para o conjunto da economia, até a recente crise de balanço de pagamentos que resultou do fracasso do “experimento liberal” dos anos 90. Entre esses dois momentos polares, Conceição Tavares analisa cronologicamente o início da industrialização, primeiro leve e depois pesada, o período do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, a estabilização de Campos-Bulhões nos anos 60, o milagre de Delfim e, com grande detalhe, a trajetória do II PND. À crise do projeto de desenvolvimento do regime militar se segue o período de transição da Nova República, que desemboca na liberalização financeira dos anos 90, acompanhada do “neoliberalismo tardio” que marca toda essa década. Empreender uma síntese de já tão ambiciosa síntese é uma tarefa impossível, mas pode-se destacar um vetor de análise original incorporado à lógica de interpretação desse ensaio que é pouco explorado nos estudos econômicos usuais: a integração do estudo geopolítico e geoeconômico.

Para Conceição Tavares, esses são elementos indissociáveis e que marcam a história do Brasil desde sua nascença. Nosso território e inserção inicial na economia internacional foram determinados pelas disputas coloniais dos séculos XVII e XIX. Posteriormente, a nossa independência também se atrela a um fenômeno geopolítico sem precedentes na história mundial: a transmigração da sede do império português para o seu espaço colonial. Entre esse movimento e a nossa independência se passam apenas 14 anos, nascendo aí um “império excêntrico”, não submetido à nova ordem imperial e enquadrado na divisão do trabalho, proposta pela Inglaterra, apenas como um espaço para “bons negócios capitalistas”.

Nesse quadro reflexo da ordem geopolítica internacional, o Brasil foi desenvolvendo uma ordem sociopolítica que, em grande medida, tem sua estrutura derivada da própria ocupação geoeconômica do seu território. Quando o regime colonial, por exemplo, esgota seu potencial de acumulação mercantil, é a ocupação extensiva do território nacional, desde Minas Gerais, que vai garantir uma atividade econômica que permite a ligação entre os ciclos canavieiro no século XVII e do café no século XIX. Como afirma Conceição Tavares, Minas serve de ponte interna, a partir da ocupação territorial, para o século XIX e é a partir da ideologia de suas elites políticas urbanas que vai-se desfazendo a visão do Brasil como uma vasta empresa colonial cujo destino está amarrado à metrópole. A ocupação do território nacional se apresenta tanto como base do capitalismo que aí se formaria, como do seu autoritarismo intrínseco. Dessa forma, cabem menos às “taras” do passado colonial brasileiro e mais às determinantes geopolíticas e geoeconômicas a explicação para a evolução social, política e econômica do Brasil como país independente. A oscilação permanente entre uma ordem liberal oligárquica e um estado interventor autoritário passa por três ordens de fatores político-econômicos. Primeiro, os conflitos pela concessão de “garantias” para a apropriação privada do território como forma patrimonial de riqueza, exploração predatória dos recursos naturais e

exploração/expulsão de populações locais e imigradas, submetidas a todas as formas de exploração conhecidas. Em seguida vêm os conflitos de oligarquias regionais pela distribuição de fundos públicos, e em terceiro lugar a relação entre o dinheiro mundial e o dinheiro local, formando a moldura que enquadra o caráter mais ou menos associado com o capitalismo internacional das nossas elites.

As idéias postas em prática pela sociedade civil burguesa sempre estiveram no lugar, mantendo o movimento do dinheiro e assegurando a propriedade do território para exploração por formas mercantis renovadas, sendo o Estado brasileiro chamado, recorrentemente, a intervir com o propósito de manter a segurança e domínio das nossas classes proprietárias.

Infelizmente em nenhum dos projetos “nacional-desenvolvimentistas, ou nos sucessivos pactos liberais ou autoritários, encontraram-se tempo e dinheiro, ou razão suficiente, para levar adiante a reforma agrária, e o ensino básico, apesar do clamor generalizado e mais especificamente de suas elites conservadoras mais lúcidas”. Essa representa a fuga para a frente da nossa sociedade em busca de novos espaços de acumulação, reproduzindo, entretanto, nas novas fronteiras as mesmas formas de relações sociais desiguais e autoritárias. Nas palavras de Conceição Tavares, “Ordem e Progresso sempre significaram domínio sobre a terra e as classes subordinadas e acumulação ‘familiar’ de capital e de riqueza, qualquer que fosse a inspiração ideológica, positivista, ou liberal, das elites no poder. Nunca se conseguiu constituir, por isso, nenhuma espécie de consenso amplo da ‘sociedade civil’ sobre como governar em forma democrática o nosso país”. Numa primeira aproximação, o livro *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* pode parecer externamente desafiador para o leitor dada a sua multiplicidade de temas e formas de abordagem (teórico-analíticas e históricas, conjunturais e estruturais, etc...). Como não se perder na análise de mais de cem anos da história do desenvolvimento das nações? Quem aceitar o desafio, entretanto, perceberá que existe um novelo muito nítido para guiá-lo por todo esse labirinto. Esse novelo, expresso nos ensaios iniciais teóricos, consiste numa abordagem oposta à usual, onde os Estados e as moedas são expulsos do núcleo da reflexão sobre desenvolvimento, para ocuparem o posto de atores coadjuvantes e, mais usualmente, empecilhos e distorções a serem corrigidas. Se o leitor entender a lógica do papel do Estado e das moedas, que segue uma abordagem não neoclássica/liberal, poderá construir uma história geral consistente e homogênea, unindo as “histórias” dos diversos países aí abordados, além de criar seu próprio mapa de interpretação da conjuntura que o cerca e de suas perspectivas futuras.

Os trabalhos aí reunidos provam, enfim, que, ao contrário da “propaganda do pensamento único” dos anos 90, mantém-se cada vez mais viva a tradição de análise crítica da economia política. Incorporando novos elementos e propondo interpretações e análises socioeconômicas a uma história que, ao contrário do que muitos apressados supuseram, está longe de terminar.

Carlos Pinkusfeld M. Bastos é pesquisador
do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Referência bibliográfica

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Editora Unesp, 1996.